



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: História

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova '11', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, **têm** aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <u>desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O trabalho do historiador supõe a utilização cuidadosa de certos conceitos, sobretudo daqueles cuja polissemia pode comprometer o entendimento adequado de seus textos. A palavra **memória**, por exemplo, tem sido objeto de inúmeras críticas e reflexões, que chamam a atenção para a necessidade de maior rigor no seu emprego. Observe as frases abaixo:

- I. Para organizar a **memória** do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a entidade necessita contratar arquivistas.
- II. Nenhum historiador se dispôs a escrever a **memória** do Sindicato, por falta de documentos.
- III. Para conhecer o que se passou, nada como praticar a história oral, que permite o resgate da **memória**.
- IV. A destruição daquele casarão foi uma grande perda para a **memória** nacional.

A palavra **memória** foi utilizada nas frases de I a IV, respectivamente, com o sentido de

- (A) passado, documentação, patrimônio e história.
- (B) história, patrimônio, passado e documentação.
- (C) documentação, história, passado e patrimônio.
- (D) passado, patrimônio, documentação e história.
- (E) patrimônio, documentação, história e passado.

32. Podem constituir exemplos de patrimônio imaterial:

- (A) legados arquitetônicos e culinárias regionais.
- (B) crenças míticas e estatuária religiosa.
- (C) monumentos cívicos e paisagens rurais.
- (D) pinturas rupestres e canções folclóricas.
- (E) línguas faladas e festas populares.

33. De acordo com Antoine Prost (*Doze lições sobre a História*), a História não se define por seu objeto, nem pelos documentos que utiliza. Não existem fatos naturalmente históricos, e o campo dos objetos potencialmente históricos é ilimitado. É o problema formulado que constrói o objeto histórico, que o recorta e delimita. A formulação do problema, por sua vez, supõe um conhecimento mínimo das fontes em potencial. Considere, a partir de tais ponderações, as seguintes frases:

- I. O objeto da história e o fato histórico estão nos documentos, cabendo aos historiadores apenas reproduzi-los.
- II. Não há leitura definitiva de determinado documento, pois as questões que lhe são postas se modificam.
- III. O historiador pode ir aos documentos antes de ter conhecimentos prévios sobre o tema de sua pesquisa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

34. *O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.* Neste trecho da *Apologia da História*, Marc Bloch afirmou que

- (A) não há conhecimento definitivo sobre o passado.
- (B) o passado, por não se modificar, dá suporte a uma história definitiva.
- (C) os acontecimentos do passado podem ser conhecidos tal qual ocorreram.
- (D) o conhecimento histórico é sempre objetivo, na medida em que lida com dados definitivos.
- (E) nada impede que se conheça o passado, pois ele não se modifica.

35. Em célebre artigo publicado em 1958 (*História e Ciências Sociais: a longa duração*), Fernand Braudel expôs sua proposta de classificação das temporalidades históricas, agrupando-as em tempos de curta, média e longa duração. Sobre as temporalidades braudelianas é INCORRETO afirmar que

- (A) os ciclos econômicos são fenômenos conjunturais.
- (B) os fatos políticos correspondem ao tempo de longa duração.
- (C) as relações do homem com o meio geográfico transcorrem na dimensão da longa duração.
- (D) as diferentes dimensões do tempo mantêm entre si relações convergentes.
- (E) os fatos singulares e individuais são de curta duração.



36. Os documentos que apresentam dados homogêneos ao longo de determinado período, permitindo, de um lado, a identificação de elementos comuns, padrões e regularidades, e oferecendo, em contrapartida, a possibilidade de detectar variações e mudanças, configuram as chamadas fontes
- (A) oficiais.
  - (B) seriais.
  - (C) visuais.
  - (D) autênticas.
  - (E) secundárias.
- 
37. De acordo com Marc Bloch, o marco inicial de uma postura crítica em relação aos documentos deve-se a
- (A) Karl Marx, com a publicação de *Teses sobre Feuerbach* (1845).
  - (B) Lucien Febvre, com a publicação de *Combates pela História* (1953).
  - (C) Fustel de Coulanges, com a publicação de *A cidade antiga* (1864).
  - (D) Jean Mabillon, com a publicação da obra *De re diplomatica* (1681).
  - (E) Benedetto Croce, com a publicação de *História, pensamento e ação* (1938).
- 
38. Ao abordar a relação que o historiador mantém com suas fontes, Ginzburg a associa a obras que exploram, de diferentes maneiras, a capacidade de produzir conhecimento a partir de elementos aparentemente irrelevantes: a do crítico de arte Giovanni Morelli, com seus signos pictóricos; a do romancista Conan Doyle, com as pistas perseguidas pelo detetive Sherlock Holmes; e a de Freud, com os sintomas que lhe permitiram diagnosticar uma série de enfermidades inacessíveis à observação direta. A ideia de que é possível decifrar a realidade por meio de seus fragmentos superficiais passou a ser conhecida como paradigma
- (A) estruturalista.
  - (B) pós-moderno.
  - (C) indiciário.
  - (D) positivista.
  - (E) cientificista.
- 
39. Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos sintetizaram, no manual *Introdução aos estudos históricos*, de 1898, as chamadas regras do método histórico, indicando as etapas de desenvolvimento da pesquisa. De acordo com tais regras, a heurística
- (A) é a etapa da síntese das informações levantadas na pesquisa.
  - (B) representa o momento da interpretação dos documentos.
  - (C) estabelece os procedimentos de crítica interna dos documentos.
  - (D) define os limites temporais do tema a ser pesquisado.
  - (E) antecede outras etapas, com a localização, reunião e classificação das fontes.
- 
40. Na formulação de um projeto de pesquisa, a escolha do tema obedece a vários critérios. Como afirmou Ciro Flamarion S. Cardoso (*Uma introdução à história*), não basta que o tema seja válido e interessante. *É preciso, também, que seja possível pesquisá-lo com os recursos a que se tem acesso.* O autor refere-se ao critério da
- (A) viabilidade.
  - (B) originalidade.
  - (C) relevância.
  - (D) pertinência.
  - (E) probabilidade.
- 
41. Em seu famoso ensaio sobre *Documento/monumento*, Jacques Le Goff usa o termo *revolução documental* para identificar a ampliação da noção de documento, a partir da década de 1960. Descreve as transformações que tal fenômeno provocou no campo da História e enfatiza, ao mesmo tempo, a necessidade de preservar o dever principal do historiador: a crítica do documento – qualquer que seja ele – enquanto monumento.
- Tal ênfase refere-se ao fato de considerar que
- (A) documentos escritos são reveladores de verdades sobre o passado, ao passo que monumentos representam vestígios da vida social apropriados apenas a estudos arqueológicos.
  - (B) para preservar a memória social é necessário aprofundar a crítica interna de documentos da cultura material, determinando sua procedência ou localização.
  - (C) os monumentos não podem ser considerados fontes históricas, pois foram construídos para preservar a memória de acontecimentos significativos apenas para determinada sociedade.
  - (D) todo documento é um monumento, pois resulta do esforço das sociedades históricas de impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias.
  - (E) o historiador deve recorrer aos monumentos como única fonte legítima para a elaboração do conhecimento histórico verdadeiro, pois são construídos intencionalmente.





42. Na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1960, ocorre, no cenário internacional, intenso debate sobre os marcos teóricos dominantes na produção historiográfica. Considerava-se, então, a existência de uma crise de paradigmas, com o esgotamento de modelos e certezas normativas de análise da história. Para Ciro Flamarion (*Domínios da História*, 1997), o confronto se dava entre os paradigmas
- (A) iluminista e pós-moderno.
  - (B) marxista e positivista.
  - (C) positivista e iluminista.
  - (D) historicista e relativista.
  - (E) relativista e pós-moderno.
- 
43. Apesar de suas inúmeras diferenças, é possível identificar alguns pontos comuns entre a concepção da natureza do conhecimento histórico predominante na primeira fase da chamada Escola dos *Annales* (1929-1969) e o marxismo. Um desses pontos é a
- (A) valorização dos fatos políticos na interpretação do passado.
  - (B) vinculação da pesquisa histórica com preocupações do presente.
  - (C) constatação de insuperáveis fronteiras entre as ciências sociais.
  - (D) rejeição da noção de determinação, em última instância, dos fatos sociais pelo econômico.
  - (E) negação da necessidade de uma síntese global.
- 
44. François Dosse, na obra *História em migalhas* (1987), aponta uma série de rupturas ou descontinuidades no campo historiográfico, identificadas na produção da autodenominada Nova História, instaurada na década de 1970. É correto afirmar que, para o autor, uma dessas rupturas é
- (A) o distanciamento em relação a outras ciências sociais.
  - (B) a valorização dos fatos políticos, em detrimento dos culturais.
  - (C) a decomposição do saber histórico, com o fim de toda perspectiva globalizante.
  - (D) a ênfase na busca da objetividade para estabelecer uma interpretação definitiva do passado.
  - (E) a negação da legitimidade de uma história serial.
- 
45. Publicadas na década de 1930, as obras de Gilberto Freire (*Casa grande e senzala*), Caio Prado Júnior (*Evolução política do Brasil*) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) são consideradas inovadoras na historiografia brasileira. Assinale a alternativa correta.
- (A) *Evolução política do Brasil* e *Casa grande e senzala* são marcos fundadores da história das relações internacionais brasileiras.
  - (B) *Evolução política do Brasil* introduz, na historiografia brasileira, o tema da democracia racial.
  - (C) *Casa grande e senzala* renova os estudos sobre o período republicano brasileiro.
  - (D) *Raízes do Brasil* inaugura, na historiografia brasileira, o uso de conceitos do materialismo dialético.
  - (E) *Casa grande e senzala* destaca-se como marco inaugural nas análises da cultura brasileira.
- 
46. Uma das estratégias da Coroa Portuguesa, para a administração de sua colônia na América, foi a instituição das capitâncias hereditárias, cada qual a cargo de um donatário. Eram atribuições do donatário
- (A) representar o rei, administrar a justiça, distribuir sesmarias.
  - (B) negociar livremente e vender pelo melhor preço a capitania recebida, cobrar impostos, criar regras locais.
  - (C) defender o território, estabelecer comércio internacional, viabilizar o tráfico indígena para outras colônias portuguesas.
  - (D) conquistar capitâncias vizinhas, fundar vilas, apoiar as missões jesuíticas.
  - (E) arrendar sesmarias, barrar as entradas e bandeiras, erguer igrejas e colégios.
- 
47. No século XVIII, tiveram grande impacto na administração colonial as chamadas reformas pombalinas, que resultaram, entre outras consequências, na
- (A) criação de um governo geral como forma de centralizar a defesa e a administração em Salvador, capital da colônia.
  - (B) concentração de poderes nas mãos do marquês de Pombal, que passa de ministro a rei em virtude do êxito político e econômico de suas medidas.
  - (C) opção pela monocultura da cana como carro-chefe da economia colonial, sendo o engenho transformado em unidade administrativa autônoma.
  - (D) abertura dos portos para nações amigas, levando à flexibilização do comércio, ao surgimento de arraiais e ao desenvolvimento da vida urbana.
  - (E) expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, acompanhada do confisco de seus bens e da dispersão dos índios abrigados nas missões.



48. *Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência.* O enraizamento das Câmaras Municipais, a que se refere Boris Fausto em *História do Brasil*, pode ser verificado, no período colonial,
- (A) nos princípios democráticos e éticos que as regiam, considerando que seus membros tinham que ser eleitos pela comunidade geral e que todas as questões delicadas eram resolvidas por um “juiz de fora”, isento em relação aos interesses locais.
  - (B) na sua composição pelos chamados “homens bons”, moradores da localidade que tivessem propriedades, ainda que fossem mestiços ou não seguissem à regra os preceitos cristãos.
  - (C) no poder desses órgãos para gerenciar a diversidade de problemas que afetavam a localidade, uma vez que lhes cabia, entre outras atribuições, julgar pequenos crimes, arrecadar tributos e zelar pelo patrimônio público.
  - (D) na incidência de opiniões de caráter nacionalista encontrada em suas atas, demonstrando a conversão das Câmaras em importantes focos de insurreição contra a Coroa Portuguesa, que resultaram em amplo movimento independentista.
  - (E) na relação de bens e propriedades por ela administrados, uma vez que, para se livrarem do alto peso dos tributos, os membros da elite local transferiam suas posses para as Câmaras, sob a alegação de contribuir para o desenvolvimento da localidade.
- 
49. A Constituição de 1824 definiu os contornos do poder do imperador Pedro I. Sobre tal Constituição é correto afirmar que
- (A) obedeceu aos princípios clássicos do liberalismo e estendeu o direito à candidatura política a trabalhadores livres pobres, contanto que não fossem analfabetos.
  - (B) oficializou o direito de veto do imperador sobre o poder legislativo, entre outras possibilidades de exercício do autoritarismo que o poder moderador propiciava no Brasil.
  - (C) propiciou a unificação política e territorial do Império, ao ser adotada espontaneamente por todas as províncias.
  - (D) estabeleceu o critério censitário para a participação eleitoral dos cidadãos e favoreceu a Coroa Portuguesa ao instituir o Império como Reino Unido a Portugal.
  - (E) regulamentou a sucessão ao trono, nomeando imediatamente Pedro II como soberano, uma vez que seu pai estava sendo obrigado a assumir o trono português.
- 
50. O Tribunal Superior Eleitoral, regulamentado pela atual Constituição, teve origem
- (A) no processo de redemocratização que se iniciou em 1985, após um período ditatorial em que, por meio de Constituição outorgada, havia sido proibida a existência de partidos políticos e a realização de eleições no país.
  - (B) na necessidade criada pelo grande aumento de votantes a partir da regulamentação (pela Constituição de 1934) do voto feminino e do voto do analfabeto, setores mais vulneráveis a estratégias de manipulação, como o voto de cabresto.
  - (C) na mobilização dos partidos que, se sentindo prejudicados pelas medidas autoritárias tomadas com a decretação do Estado Novo, decidiram fundar um órgão que lhes conferisse legalidade e garantisse o bom funcionamento da democracia.
  - (D) na preocupação, que resultou na criação da Justiça Eleitoral em 1932, de se criar um órgão destinado a moralizar as eleições, coordenar o alistamento eleitoral, apurar votos, julgar questões pertinentes a esse tema e evitar fraudes.
  - (E) nas pressões externas, exercidas principalmente pela ONU e pela OEA, logo após a Segunda Guerra Mundial, para que o país se democratizasse e criasse condições institucionais para fiscalizar as eleições e impedir o avanço do comunismo.
- 
51. Entre os efeitos imediatos da eclosão da Segunda Guerra Mundial no Brasil, particularmente importantes para a história da Amazônia, destaca-se
- (A) o início de um novo ciclo de produção da borracha e o conseqüente afluxo populacional para o oeste da região.
  - (B) a instalação de um complexo industrial-militar em Manaus e o estímulo à emigração por parte do Estado.
  - (C) a construção de bases militares norte-americanas na foz do rio Amazonas e a formação de uma importante colônia europeia em Belém.
  - (D) o início da exploração de madeira na região e a vinda de migrantes gaúchos que exploravam tal negócio.
  - (E) o surgimento de uma indústria mineradora no norte da Amazônia, explorada clandestinamente por colonos alemães.



52. Em 1967, durante o governo de Castelo Branco, foi promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional, da qual se extraíram os seguintes trechos:

*Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei. [...]*

*Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. [...]*

*§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.*

*§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.*

Pela leitura desse documento, é correto afirmar que a Segurança Nacional era considerada uma responsabilidade

- (A) do Estado, e visava proteger a sociedade da expansão da criminalidade e reprimir atentados subversivos contra o patrimônio.
- (B) de todas as pessoas que formavam a sociedade, e visava garantir o êxito da guerra revolucionária em curso, com apoio estrangeiro.
- (C) de toda a sociedade, e visava reprimir atos de contestação, na forma de opinião ou de ações armadas contra a ordem social estabelecida e protegida pelo Estado.
- (D) que envolvia Estado e capital privado, e visava resguardar as empresas estatais contra a crescente invasão econômica estrangeira.
- (E) do governo militar e da sociedade cristã, e visava defender a participação democrática de todos os cidadãos para concretizar o progresso nacional.
- 
53. A criação do Território Federal do Amapá
- (A) ocorreu após a Guerra da Lagosta, conflito militar entre Brasil e França, que terminou com a vitória brasileira e foi motivado pela disputa desses países pelo direito à pesca na região.
- (B) concretizou-se após a arbitragem internacional realizada pelo governo da Suíça, depois de o Barão do Rio Branco ter apresentado documento que reivindicava a posse brasileira da região disputada pela França.
- (C) recebeu o aval da França e o reconhecimento internacional durante a Segunda Guerra Mundial, período em que a região foi considerada geograficamente estratégica pelos aliados.
- (D) resultou da compra, pelo Estado do Pará, da região que até então era parte da Guiana Francesa, mas que possuía maioria de população brasileira e vivia da exploração da cana-de-açúcar.
- (E) efetivou-se com o Tratado de Utrecht, assinado pelos governos do Brasil e da França, que reconhecia o rio Oiapoque como fronteira entre os domínios territoriais dos dois países.
- 
54. Entre os efeitos da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, pode-se citar
- (A) o desmembramento do Amapá em municípios subordinados econômica e administrativamente ao governo do Estado do Pará, em razão de sua condição de pobreza.
- (B) a transformação do Amapá, junto com Fernando de Noronha e Rondônia, em estado federado, seguida da ratificação dessa medida por meio de plebiscito popular.
- (C) a extinção do Amapá e outros territórios brasileiros, transformando-os em estados da Federação, dotados de autonomia administrativa.
- (D) a garantia do direito da população do Amapá para decidir sobre o sistema de governo que seria implantado naquele território, bem como autonomia legislativa e judiciária.
- (E) o repasse de verbas públicas para indenizar a população local pelos prejuízos acumulados durante o período em que o Amapá foi privado do direito de ser um Estado.
- 
55. Uma das manifestações culturais populares típicas do Amapá é
- (A) a Festa de São Tiago, expressão da religiosidade popular que remonta à vitória dos mouros sobre os cristãos, liderados por Tiago, cavaleiro medieval morto em combate.
- (B) a Congada, dança acompanhada do toque de tambores, que mistura tradições africanas com os rituais cristãos das festas dedicadas aos reis magos.
- (C) o Boi Bumbá, originário da região e de larga difusão no norte e no nordeste do Brasil, graças à tradição pecuária ali existente desde o período colonial.
- (D) o Marabaixo, festa sincrética em homenagem ao Divino Espírito Santo, cuja origem remete a festas realizadas por escravos no século XVIII.
- (E) a Vaquejada, tradicional em toda a região norte, e que consiste em competição entre dois peões com o objetivo de derrubar um boi em disparada.



56. A Cabanagem, movimento social que atingiu boa parte da região norte no século XIX, teve, entre suas reivindicações, a
- (A) diminuição das taxas de comércio com outras províncias, a expulsão da família real e a distribuição igualitária da renda, concentrada nas mãos da elite.
  - (B) emancipação da Província do Amazonas, a construção de moradias populares e o fim da intervenção da Igreja nas questões locais.
  - (C) liberdade religiosa, a regulamentação dos privilégios da elite local e a proclamação da Confederação do Equador.
  - (D) criação de reservas indígenas, a fidelidade ao Imperador e a diminuição do grau de exploração dos escravos.
  - (E) melhora da condição de vida da população pobre, o fim da escravidão e a independência da Província do Grão-Pará.
- 
57. Sobre a economia do Amapá, é correto afirmar que, atualmente,
- (A) a mineração do ouro e do manganês continua sendo, desde os anos 1950, o carro-chefe da economia local, sendo empreendida por dezenas de mineradoras estrangeiras.
  - (B) as atividades agrícolas vêm crescendo em grande escala, sendo responsáveis pela maior parte das exportações do Estado.
  - (C) a indústria de bens de consumo provocou considerável crescimento do PIB do Estado desde a criação de zonas francas em Macapá.
  - (D) o extrativismo vegetal vem despontando como uma alternativa econômica viável para o meio ambiente e capaz de atrair investimentos industriais.
  - (E) o turismo voltado à pesca artesanal é a principal fonte de ingressos no Estado, uma vez que o Amapá possui vasta hidrografia e abundante variedade de peixes.
- 
58. O transporte ferroviário no Amapá foi introduzido durante a presidência de Juscelino Kubitschek. A política desenvolvimentista por ele implementada foi responsável pela
- (A) transferência da capital do país e pela atração de investimentos industriais estrangeiros por meio de estímulos fiscais e outros favorecimentos.
  - (B) construção de Brasília e pelo estímulo estatal à mineração nas regiões centro-oeste e norte, por meio da criação de áreas exploratórias, como Serra Pelada.
  - (C) instalação das primeiras linhas férreas que cruzavam longas extensões nas regiões sudeste e nordeste e pela política pioneira de substituição das importações.
  - (D) abertura de grandes estradas que cortam o país, a exemplo da Transamazônica, e a instalação de grandes hidrelétricas, como Volta Redonda e Itaipu.
  - (E) migração em massa das regiões carentes para o sudeste, onde havia abundância de empregos, e a execução do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).
- 
59. Durante o Segundo Reinado instalou-se o chamado *parlamentarismo às avessas*, que tinha por característica, entre outras, a
- (A) tutela política sobre Pedro II conferida ao poder legislativo, o Parlamento, considerando a pouca idade do imperador e a necessidade de que uma junta ministerial governasse por ele, ainda que provisoriamente.
  - (B) inspiração no modelo britânico, uma vez que, na prática, o primeiro ministro passava a ter mais poderes que o monarca, fazendo com que o poder moderador fosse, dessa maneira, deturpado ou invertido.
  - (C) inversão da lógica do parlamentarismo tradicional, uma vez que o poder judiciário passava a ser exercido pelo Parlamento e o presidente se subordinava ao Conselho de Ministros, órgão judiciário e executivo do Império.
  - (D) busca de conciliação política entre os dois partidos hegemônicos no país, o Partido Brasileiro, liberal radical, e o Português, conservador, mediante a atuação de um Conselho de Ministros acima dos três poderes clássicos.
  - (E) adaptação parcial do sistema vigente no Reino Unido aos interesses políticos imperiais, de modo a que o monarca continuasse com amplos poderes, a despeito da aparente descentralização do governo.
- 
60. O modernismo foi um movimento cultural amplo, que contou com expressões artísticas e literárias em várias localidades do Brasil. O ideário que estimulou a participação de artistas e intelectuais no movimento partia do princípio de que
- (A) a urbanização urgente era condição obrigatória para a produção de uma cultura moderna e autêntica no Brasil, livre da influência das tradições culturais ultrapassadas e conservadoras do campo.
  - (B) a cultura brasileira, para se desenvolver, deveria reproduzir movimentos de países mais industrializados e mais bem-sucedidos internacionalmente que o Brasil, como os Estados Unidos, modelo de país moderno.
  - (C) a diversidade cultural brasileira, incluídos aspectos da geografia, do folclore e todo tipo de expressão cultural popular, deveria ser explorada e mesclada aos preceitos das vanguardas modernistas, a fim de produzir algo historicamente inovador e autêntico.
  - (D) o imperialismo cultural exercido pelas potências econômicas deveria ser vencido por meio de uma revolução ufanista que elegesse a cultura proletária e a arte de raiz como as únicas verdadeiras e legítimas.
  - (E) o subdesenvolvimento prejudicava fortemente a evolução cultural da população, sendo necessário criar academias de Belas Artes e ensinar História da Arte nas escolas, destacando valores humanistas e renascentistas.